



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 483/08**

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**SESSÃO DE 18/09/2008**

**PROCESSO Nº 1/186/2008      AI: 2/2007.15225-8**

**RECORRENTE: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DOCES CASTELANNI LTDA**

**RECORRIDO: CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**CONSELHEIRO RELATOR: PEDRO ELEUTÉRIO DE ALBUQUERQUE**

**EMENTA: TRANSPORTE DE MERCADORIA ACOMPANHADA POR NOTA FISCAL INIDÔNEA. DECLARAÇÃO INEXATA. LEGITIMIDADE PASSIVA. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.**

**1.** A interpretação sistemática do artigo 11, I, "b" da LC 87/96 cominada com o artigo 16, III da Lei 12.670/96, autoriza que o Estado do Ceará efetue lançamento tributário em face de contribuinte inscrito em outra Unidade da Federação.

**2.** A empresa remetente pode sim figurar com responsável pelo pagamento do imposto, ainda mais quando se trata de infração relativa à inidoneidade do documento fiscal por ela emitido.

**3.** Recurso Voluntário conhecido e desprovido, por unanimidade de votos.

**4.** Decisão de acordo com o Parecer da Procuradoria Geral do Estado.

**RELATÓRIO**

Trata-se de auto de infração lavrado sob o fundamento de que **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DOCES CASTELANNI LTDA** remeteu as mercadorias acompanhadas das Notas Fiscais nºs 5541 e 5542, as quais foram consideradas inidôneas pela fiscalização em virtude das divergências contidas nas mesmas, restando assim relatada a infração:

**"ENTREGA, REMESSA, ESTOCAGEM OU DEPÓSITO DE MERCADORIA E PRESTAÇÃO OU UTILIZAÇÃO DE SERVIÇO ACOBERTADO POR DOCUMENTO FISCAL INIDÔNEO. APÓS CONFERÊNCIA DAS MERC. REF. AS NF 5541 E 5542, ANEXAS, CONSTATAMOS DIVERGÊNCIAS NA DESCRIÇÃO, QUANTIDADES E NA ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS, JÁ QUE OS MESMOS ESTÃO DESCRITOS COMO TIPO "C" NA TENTATIVA DE BAIXAR O VALOR DO ICMS E NÃO HÁ NO**

RÓTULO, ANEXO, QUALQUER INDICAÇÃO A ESSE  
RESPEITO, VER CGM 275/07."

A Autuada apresentou impugnação administrativa onde alega, em breve síntese, em sede preliminar que o auto de infração era nulo em virtude da falta de lavratura do termo de retenção.

No mérito alega que as notas foram consideradas inidôneas por simples capricho da fiscalização, tendo em vista não que foram consideradas as peculiaridades da industrialização de laticínios.

O lançamento tributário foi julgado procedente na 1ª Instância Administrativa, sob o fundamento de que as mercadorias descritas nas Notas Fiscais nºs 5541 e 5542 divergem das quantidades efetivamente transportadas conforme se pode observar do confronto das mesmas com o Certificado de Guarda de Mercadorias nº 275/2007.

Face a isto, a Recorrente interpôs recurso voluntário onde alega a nulidade do auto de infração em virtude da suposta ilegitimidade passiva da mesma, sustentando que quem deveria figurar no pólo passivo deveria ser o transportador da mercadoria e não a empresa remetente.

Alega também que em virtude do Princípio da Territorialidade a legislação tributária do Ceará somente vigora no estado, não podendo, portanto, ser aplicada a contribuinte inscrito em outro estado.

A Consultoria Tributária manifestou-se pela manutenção da decisão condenatória da 1ª Instância e o representante da Procuradoria Geral do Estado adotou o referido Parecer.

É o relatório.

## VOTO

Conforme se infere da análise dos presentes autos, trata-se de acusação de transporte de mercadorias acompanhadas de documento fiscal inidôneo, irregularidade esta fundada na inexatidão contida nas Notas Fiscais 5541 e 5542 emitidas pela empresa Recorrente, no que se refere à quantidade das mercadorias transportadas.

Os argumentos contidos no recurso voluntário em questão pugnam pela nulidade da autuação sob o fundamento de que a legislação tributária do Estado do Ceará não poderia ser aplicada para lançar crédito tributário de ICMS contra a Recorrente, tendo em vista que a mesma é empresa localizada e inscrita em outra Unidade da Federação.

Argumenta ainda que no caso dos presentes autos, o sujeito passivo responsável pela infração deveria ser o transportador e não a empresa remetente da mercadoria.

Ocorre que, analisando detidamente a legislação aplicável à matéria, vê-se que não assiste razão a Recorrente.

Isto porque, o artigo 11, I, "b" da Lei Complementar 87/96, estabelece que o local para efeito de cobrança do ICMS e definição do responsável tributário é aquele em que se encontrar a mercadoria considerada em situação irregular, senão vejamos:

**"Art. 11.** O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

a) o do estabelecimento onde se encontre, no momento da ocorrência do fato gerador;

**b) onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;" (grifo nosso)**

Assim, diante dessa expressa previsão legal, resta claro que a legislação do ICMS a ser aplicada no caso concreto é a do Estado do Ceará, ficando, pois as pessoas envolvidas na respectiva operação sujeitas ao RICMS/CE.

Isto posto, ao tratar da responsabilidade pelo pagamento o ICMS, o RICMS/CE elencou em seu artigo 16 aqueles que podem ser responsabilizados pelo pagamento do imposto, *in verbis*:

**"Art. 16.** São responsáveis pelo pagamento do ICMS:

(...)

III - o remetente, o destinatário, o depositário, ou qualquer possuidor ou detentor de mercadoria ou bem desacompanhados de documento fiscal, ou acompanhados de documento fiscal inidôneo ou sem o selo fiscal de trânsito;" (grifo nosso)

Ante ao acima exposto, utilizando-se da interpretação sistêmica da previsão contida no artigo 11, I, "b" da LC 87/96 em conjunto com o artigo 16 do RICMS/CE, temos que tanto o Estado do Ceará pode efetuar lançamento de crédito tributário contra contribuinte inscrito em outra unidade da Federação como a Recorrente pode figurar no pólo passivo do lançamento tributário em questão.

Vale ressaltar por oportuno, que esta conclusão se justifica pelo fato de que a infração (transporte de mercadoria acobertada por nota fiscal inidônea) foi constatada dentro do território cearense, o que torna a SEFAZ/CE competente e para exigir o ICMS e a multa aplicáveis ao caso concreto.

No que se refere a ilegitimidade passiva da Recorrente, como bem destacou o Parecer da Célula de Consultoria Tributária a legislação elenca aqueles que podem ser considerados responsáveis pelo pagamento do ICMS, cabendo, desta feita, ao aplicador do direito escolher dentre as hipóteses previstas na legislação aquela que lhe apresente mais correta.

Destarte, como dentre os responsáveis se encontra o remetente da mercadoria, resta demonstrada a possibilidade da Recorrente figurar no pólo passivo da demanda.

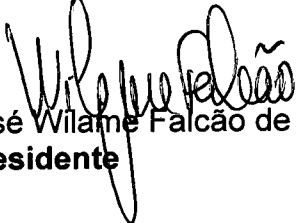
Diante do acima exposto, entendo que não merece reforma a decisão monocrática, motivo pelo qual VOTO para que se conheça do Recurso

Voluntário interposto, e lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, para que sejam afastadas as preliminares de nulidade e julgado **PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO** em comento.

## DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente a **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DOCES CASTELANNI LTDA** e recorrida a Célula de Julgamento da 1ª Instância. A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, decidiu, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário e Negar-lhe provimento para afastar a preliminar de extinção, e no mérito manter a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância Administrativa, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES, em Fortaleza, aos 15 de 12 de 2008.



José Wilaine Falcão de Souza  
**Presidente**

Ubiratan Ferreira de Andrade  
**Procurador do Estado**



Francisca Marta de Souza  
**Conselheira**



Marcos Antônio Brasil  
**Conselheiro**



Sandra Maria Tavares Menezes de Castro  
**Conselheira**



José Moreira Sobrinho  
**Conselheiro**



Silvana de Carvalho Lima Petelinkar  
**Conselheira**



Sebastião Almeida Araújo  
**Conselheiro**

Ana Maria Martins Timbó Holanda  
**Conselheira**



Pedro Eleutério de Albuquerque  
**Conselheiro Relator**